DOI 10.5418/RA2018.1423.0002

UM ESTUDO DA HISTÓRIA TERRITORIAL DE CAMPINAS (SP): A URBANIZAÇÃO, A FOME E A FORMAÇÃO DE UM MERCADO DE ALIMENTAÇÃO NA CIDADE (1850-1908)

A STUDY OF THE TERRITORIAL HISTORY OF CAMPINAS (SÃO PAULO): URBANIZATION, HUNGER AND THE FORMATION OF A FOOD MARKET IN THE CITY (1850-1908)

UN ESTUDIO DE LA HISTORIA TERRITORIAL DE CAMPINAS (SÃO PAULO): LA URBANIZACIÓN, EL HAMBRE Y LA FORMACIÓN DE UN MERCADO DE ALIMENTACIÓN EN LA CIUDAD (1850-1908)

Livia Cangiano Antipon
Mestra em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).
E-mail: liviacangiano@gmail.com

RESUMO

A história territorial da cidade de Campinas (SP) caracteriza-se por uma íntima ligação entre a fome, a proliferação dos estabelecimentos alimentares (normatizados e alternativos) e o processo contraditório de urbanização. Como forma de apreensão dessa articulação entre a multiplicação de lugares que vendiam comida, o aumento da miséria na cidade e a sua urbanização, propomos discutir os diversos processos de transformação da urbe a serviço de uma elite e a maneira pela qual a população pobre campineira se organizou nos interstícios do tecido urbano para a garantia de suas sobrevivências. Analisamos o ínterim entre 1850-1908, período em que a cidade viveu uma série de transformações urbanas que interferiram e modificaram as práticas alimentares realizadas na cidade. Revela-se, assim, a maneira pela qual os seus trabalhadores se organizavam em um cotidiano fortemente marcado pela fome – situação que se conserva até os dias atuais.

Palavras-chave: Campinas, urbanização, história territorial, alimentação, fome.

ABSTRACT

The territorial history of the city of Campinas (São Paulo state, Brazil) is characterized by an intimate connection between hunger, the proliferation of food establishments (normative and alternative) and the contradictory process of urbanization. As a form of apprehension of this articulation between the multiplication of places that sold food, the increase of the misery in the city and its urbanization, we propose to discuss the various processes of transformation of the city in the service of an elite and the way in which the poor are organized in the interstices of the urban tissue to guarantee their survival. We

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

analyze the interim between 1850-1908, a period in which the city lived a series of urban transformations that interfered and modified the food practices performed in the city. It reveals so the way in which its workers were organized in a daily life strongly marked by hunger – a situation that is conserved until the present day.

Keywords: Campinas, urbanization, territorial history, food, hunger.

RESUMEN

La historia territorial de la ciudad de Campinas (estado de São Paulo, Brasil) se caracteriza por una estrecha conexión entre el hambre, la proliferación de los establecimientos alimentícios (normalizados y alternativos) y el proceso contradictorio de urbanización. Como forma de aprehensión de esa articulación entre la multiplicación de lugares que vendían comida, el aumento de la miseria en la ciudad y su urbanización, proponemos discutir los diversos procesos de transformación de la urbe al servicio de una élite y la manera en que la población pobre campineira se ha organizado en los intersticios del tejido urbano para la garantía de su supervivencia. Analizamos el interim entre 1850-1908, período en el cual la ciudad vivió una serie de transformaciones urbanas que interfirieron y modificaron las prácticas alimentarias realizadas en la ciudad. Se revela, así, la manera en que sus trabajadores se organizaban en un cotidiano fuertemente marcado por el hambre – situación que se conserva hasta los días actuales.

Palabras clave: Campinas, urbanización, historia territorial, alimentación, hambre.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

INTRODUÇÃO

A cidade de Campinas, município do estado de São Paulo com 1.173.370 habitantes (IBGE, 2016), tem sua história caracterizada por uma íntima ligação entre a fome, a proliferação dos estabelecimentos alimentares (normatizados e alternativos) e o processo contraditório de urbanização. A compreensão da formação territorial de Campinas apresenta-se, assim, como importante método para se refletir sobre a cidade reprodutora da escassez.

Como forma de apreensão dessa articulação entre a multiplicação de lugares que vendiam comida, o aumento da miséria na cidade e a sua urbanização, propomos discutir os diversos processos de transformação da urbe a serviço de uma elite – uma vez que sempre reformulada às exigências do capital agrário-industrial-financeiro – e a maneira pela qual a população pobre campineira se organizou nos interstícios do tecido urbano para a garantia de suas sobrevivências. Destacamos a este termo o ínterim entre 1850-1908, período em que a cidade de Campinas viveu uma série de transformações urbanas que interferiram e modificaram as práticas alimentares realizadas nesta cidade.

Historicamente, os homens pobres de Campinas padecem de um mal, muitas vezes, oculto: a fome. Suas entranhas famintas corroboraram para a transformação dessa cidade em que o processo de abastecimento alimentar sempre esteve e ainda está intimamente associado ao seu processo de urbanização.

O crescimento de bairros operários na cidade[1] e a vivência de um cotidiano miserável, por parte dos trabalhadores, concretizaram, no processo de urbanização, a multiplicação de "estabelecimentos alimentares",[2] cujo fim seria, além de garantir a alimentação ao trabalhador que se desvinculava de seu lar, amenizar o mal de que, em grande medida, sofriam os pobres da urbe: a escassez e a carestia de gêneros alimentícios de primeira necessidade. Portanto, a proliferação de estabelecimentos alimentares, em Campinas, demonstra, de maneira histórica, a tentativa de garantia de abastecimento e de sobrevivência dos trabalhadores desta cidade.

Os três "grandes mercados" de Campinas (o Mercado Grande e os dois Mercados de Hortaliças), bem como o chamado "abastecimento alternativo" – que se caracterizava pelos armazéns dispersos pelos bairros, quiosques encontrados no centro da cidade,

[1] Conforme Geiger (1963, p. 255), "o crescimento da cidade englobou como bairros alguns arrabaldes rurais, como Ponte Preta, Bonfim, Fundão, Cambuí e Guanabara [...]. Nestes arrabaldes, moravam trabalhadores empregados na cidade."

[2] Tratava-se tanto de estabelecimentos responsáveis pela venda de alimentos para serem preparados nas casas ou em outros estabelecimentos, quanto daqueles que ofereciam refeições prontas.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

restaurantes humildes ou abastados, botequins, padarias, açougues, casas importadoras e de pasto, confeitarias, comércio de frutas, verduras, quitandas e, não menos importante, a miríade de ambulantes que perambulavam nas ruas –, além de permitirem a formação da centralidade no meio urbano de Campinas (e a caracterização de sua dinâmica atual), foram os responsáveis pela maior organização e controle das vendas de alimentos para os trabalhadores na cidade.

Nossa metodologia de trabalho consistiu, primordialmente, no levantamento bibliográfico documental em livros, teses, dissertações, artigos de periódicos, artigos de jornais, material fotográfico, séries e mapas históricos em acervos consultados digitalmente e em espaços de conservação da memória em Campinas, a exemplo do Arquivo Edgar Leuenroth, da Universidade Estadual de Campinas.

Por outro lado, na discussão que aqui desenvolvemos sobre a história territorial desses estabelecimentos alimentares em Campinas, destacando o seu surgimento, a sua proliferação e a sua organização, lançamos mão da ferramenta de método da periodização, esta inserida em nossa reflexão, capaz de traduzir a forma como a cidade – este verdadeiro espaço-tempo (SANTOS, 1994b) – foi produzida e planejada, além de revelar a maneira pela qual os seus trabalhadores se organizavam em um cotidiano fortemente marcado pela fome – situação que se conserva até os dias atuais.

Para que possamos dominar a noção de tempo dentro da geografia, necessitamos dividi-lo em períodos. Conforme Santos,

> *Períodos são pedaços de tempo submetidos à mesma lei histórica, com a manutenção das estruturas. Estas se definem como conjuntos de relações e de proporções prevalentes ao longo de um certo pedaço de tempo e nos permitem definir nosso objeto de análise. Assim, as periodizações podem ser muitas, em virtude das diversas escalas de observação, (além de permitirem) "reconhecer um processo histórico mais geral, não importa onde estivermos" (SANTOS, 1994b, p. 67-68).*

Este mesmo autor (1994b) admite que os estudos sobre o urbano apresentam praticamente apenas uma crítica à cidade do presente, sem nem ao menos questionar como esta cidade se formou. Assim, a fundamental compreensão dessas formas do passado exige, obrigatoriamente, a articulação com o conceito de espaço – o "resultado da inseparabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações" (SANTOS, 1996, p. 100), sendo a sua natureza formada, de um lado, "pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo, e, de outro lado, animado pelas ações atuais que lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade" (SANTOS, 1996, p. 106). Tratando-se o espaço de "uma categoria

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

histórica" (SANTOS, 1994b, p. 67), o estudo da cidade – uma forma[3] espacial – não pode se desarticular do estudo do tempo.

Nesse sentido, Hartshorne alega a função social dos geógrafos em estudarem o passado

> *[...] não só como 'a chave do presente', mas também em função do seu próprio conteúdo geográfico. Cada período passado possui sua geografia 'presente', e o estudo comparativo das diferentes geografias através de sucessivos períodos de tempo oferece um quadro da geografia em mudança, de uma determinada área. Desse modo, a dimensão histórica do tempo se combina às dimensões do espaço (HARTSHORNE, 1978, p. 90).*

O recurso à periodização permite, assim, a tentativa de

> *[...] ultrapassar o mistério das formas e buscar a construção do método, mediante a escolha da fenomenologia a adotar, a aproximação da contextualização, a reconstrução dos cenários de uma realidade que em parte se esvaiu, a busca do significado e da memória, memória que, através desse enfoque histórico, vamos encontrar expungida ao máximo de filtros (SANTOS, 1994b, p. 68).*

Logo, cabe afirmar que, para um real avanço na compreensão do fenômeno da fome em Campinas, faz-se necessário um olhar sobre as formas e o conteúdo da pobreza no processo de urbanização e nos distintos usos do território, já realizados nos interstícios da cidade. Por essa razão, a proposta de periodização que será exposta a seguir tem como principal objetivo refletir como, historicamente, a dinâmica urbana de Campinas sempre esteve associada ao par dialético da abundância e da escassez.

A fragilidade da sobrevivência de parte da população inserida em um cotidiano de fome e pobreza revela-se na análise, evidenciando, portanto, as contradições históricas de uma cidade que se normatiza sob as exigências de uma burguesia nascente das monoculturas exportadoras. Surge, também, em meio ao debate, a importância das instituições de abastecimento alimentares, que, desde o início do processo de apropriação, produção e consumo do espaço pelos pobres e ricos, estiveram presentes na cidade.

Organizamos este artigo em duas partes: na primeira, abordando o período demarcado entre os anos de 1850 e 1889, nos preocupamos em apresentar a associação entre o aumento do fenômeno da escassez de alimentos e a construção dos grandes mercados da cidade com a ascensão da monocultura cafeeira, preconizada principalmente na cidade de Campinas; e, na segunda, destacamos o período entre 1889 e 1908, em que ocorreram os surtos epidêmicos da febre amarela associados à fome e ao planejamento higienista da cidade.

[3] Para Santos (1994a, p. 121), formas seriam os resultados de divisões do trabalho pretéritas, "as condições preexistentes, heranças de situações passadas."

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Ressalta-se a importância do resgate analítico de uma possível "história da fome" na cidade de Campinas. Uma fome, ainda hoje presente, referenciada por Castro (1946, p.18) como a "fome oculta", ou seja, aquela contida no cotidiano histórico de uma infinidade de trabalhadores precarizados e sujeitos desempregados, e, portanto, forçados "a um regime de terríveis restrições pela perda do valor aquisitivo dos seus salários" (CASTRO, 1946, p. 280). Dessa maneira, na reflexão apresentada a seguir, atenta-se para essa fome de "fabricação humana" (CASTRO, 1961) presente no processo de aburguesamento da cidade, que acentua a reprodução da miséria entre os seus cidadãos. Uma fome corporificada, cuja denúncia serve de caminho para uma crítica enérgica da própria sociedade capitalista.

A CIDADE DA ESCASSEZ E OS GRANDES MERCADOS (1850-1889): A MONOCULTURA CAFEEIRA COMO CAMINHO PARA A CRISE ALIMENTAR CAMPINEIRA

O mais sensível desenvolvimento de Campinas ocorreu em meados do século XIX (GEIGER, 1963), mais especificamente em 1850, quando a produção cafeeira modificou o rumo desta cidade.

Segundo Martins (2010),[4] as transformações urbanas sofridas por Campinas, no século XIX, também podem ser relacionadas à escassez de alimentos que os seus habitantes vivenciavam e ao processo de abastecimento alimentar e as suas inter-relações com o espaço da cidade que se transformou, principalmente, em razão do enriquecimento de parte de sua população. Em outras palavras, as crises de escassez do século XIX, bem como o aburguesamento da cidade do café (por exemplo, com o surgimento de mercados urbanos de alimentos e de outros estabelecimentos encarregados de comercializar os víveres na cidade), possuem um destaque relevante no processo de urbanização em questão.

Para se compreender esse processo de urbanização que se associa à escassez de alimentos e à proliferação dos estabelecimentos alimentares na cidade, é necessário atentar, em primeiro lugar, à maneira pela qual Campinas, no século XIX, se constituiu como um dos lugares mais ricos do território brasileiro, concomitantemente a um processo de empobrecimento de parte considerável de sua população. Portanto, intenta-se compreender, também, a acumulação histórica no espaço campineiro do seguinte par dialético: a abundância representada pela pujança econômica da cidade e a escassez vivenciada pelos habitantes pobres da urbe e materializada no fenômeno mais degradante da miséria humana: a fome.

[4] Tendo em vista a falta de publicações referentes a uma abordagem conjunta da questão da alimentação e da urbanização em Campinas, vale ressaltar a relevância ímpar, para esta pesquisa, do trabalho Mercados urbanos, transformações na cidade, do historiador Valter Martins (2010).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Por conseguinte, inicialmente, convém destacar a potência econômica que caracterizou a Campinas da segunda metade do século XIX, que teve início com a produção de cana de açúcar[5] e se fortaleceu com a posterior ascensão do ciclo de produção de café que ocorria no Brasil, especificamente em sua Região Sudeste.

Foi o Vale do Paraíba que se destacou, primeiramente, como a principal região para o cultivo do café no país. Conforme Lapa (1986, p. 26), esta região "comportara portanto sua grande expansão, polarizada pela cidade de Vassouras, a 4 horas da cidade do Rio de Janeiro, que foi o maior centro cafeicultor da província". Somente após o seu declínio[6] que o município de Campinas, apesar de ter iniciado essa atividade já antes de 1800, tornou-se o grande centro produtor do Brasil, na metade do século XIX (PRADO JR., 1945).

Conforme afirmou Prado Jr. (1945, p. 164), a proliferação dessa atividade, na região do oeste paulista, trazia na paisagem, a perder de vista, um verdadeiro "mar de café". Logo se resultou dessa produção uma concentração, cada vez maior, de riqueza e densidade econômica em Campinas, fomentando transformações urbanas nesta região. A cultura cafeeira acelerou, portanto, o enriquecimento do município, imprimindo nova dinâmica aos centros urbanos existentes e impulsionando a disseminação de outros pela região (BAENINGER, 1992).

Segundo Baeninger (1992, p. 28), a partir de 1860, Campinas ampliou suas funções urbanas, tornando-se importante polo de comércio e serviço na região, para atender às novas demandas econômicas e populacionais do país. Na década de 1870, devido ao preço elevado do café no mercado internacional, o município de Campinas já estava estruturado para o cultivo deste produto, demonstrando intenso desenvolvimento econômico urbano e rural.[7] Baeninger ainda salienta que

[5] Segundo Lapa (1986, p. 18), "a tradição agrária formada com o açúcar, desde o século XVIII, permitira estocagem de mão-de-obra escrava, incorporação de técnicas agrárias e de comercialização que irão facilitar a adaptação dos engenhos em fazendas de café."

[6] Segundo Prado Jr. (1945, p. 162-164), o declínio da produção de café no Vale do Paraíba – uma das regiões mais ricas do país até a metade do século XIX – ocorreu segundo um "ciclo normal das atividades produtivas do Brasil: a uma fase de intensa e rápida prosperidade, segue-se outra de estagnação e decadência. Já se vira isso [...] na lavoura de cana-de-açúcar e do algodão no Norte, nas minas de ouro e diamantes do Centro-Sul. A causa é sempre semelhante: o acelerado esgotamento das reservas naturais por um sistema de exploração descuidado e extensivo. [...] Esses terrenos de fortes declives onde se plantaram os cafezais não suportarão por muito tempo o efeito do desnudamento de florestas derrubadas e da exposição do solo desprotegido à ação das intempéries. [...] O resultado de tudo isso foi desastroso: bastaram uns poucos decênios para se revelarem rendimentos aceleradamente decrescentes, enfraquecimento das plantas, aparecimento de pragas destruidoras. Inicia-se, então, a decadência com todo seu cortejo sinistro: empobrecimento, abandono sucessivo das culturas, rarefação demográfica."

[7] Pupo (1969, p. 168 apud Baeninger, 1992, p. 29-30) identificou esse desenvolvimento urbano e rural em Campinas ao destacar que, em 1872, este município já contava com "42 capitalistas, 129 proprietários, 284 fazendeiros, 22 lavradores de algodão, 15 lavradores de açúcar, 43 lojas de fazendas, 17 lojas de ferragens, 21 armazéns de secos e molhados, 136 armazéns de gêneros da terra, 8 casas de importações e comissões, 8 depósitos de açúcar, 2 depósitos de cal, 1 depósito de farinha e 6 depósitos de sal."

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

> *O efeito urbanizador já se fazia sentir através da expansão das vias de comunicação para o transporte do café, como as Estradas de Ferro Mogiana e Companhia Paulista (1872), originando núcleos urbanos e ampliando as atividades ligadas a esse setor (BAENINGER, 1992, p. 29).*

Conforme Lapa (2008a), a estrada de ferro – o maior símbolo da modernidade para a cidade – foi a principal responsável pelas modificações da vida na urbe, alterando profundamente o desenho urbano de Campinas, valorizando ou deteriorando áreas, acelerando a dilatação do perímetro urbano e criando bairros. A estrada de ferro requisitou grandes espaços,

> *[...] implicando por sua vez em obras de porte, edifícios, equipamentos e instalações, movimentação de numerosa força de trabalho em diferentes níveis de qualificação, envolvendo o complexo da estação, com seus escritórios, bilheterias e outras instalações e repartições, pátio de manobras, gare de embarque e desembarque de passageiros, plataforma de carga e descarga, oficinas de manutenção, fabricação e montagem, armazéns, além de divisões localizadas fora desse complexo [...] (LAPA, 2008a, p. 24).*

Há também, em Prado Jr. (1945), uma associação entre o aumento do aparelhamento técnico da cidade[8] e a concentração de riquezas advindas da produção de café com o intuito de destacar o desenvolvimento urbano e rural da região:

> *[...] as comunicações e transportes serão mais fáceis nessa zona de topografia regular e riqueza mais concentrada. [...] o novo (setor) contará muito cedo com uma boa rede de estradas. São vantagens apreciáveis, a quem vem juntar-se ainda a superior fertilidade de um tipo de solo ímpar no Brasil, particularmente para a cultura do café. [...] É de Campinas [...] que parte a expansão cafeeira que se alastrará pelo oeste paulista (PRADO JR.,1945, p. 164-165).*

A análise de Antônio Santos (2002) corrobora essa reflexão. Este autor ressaltou que o êxito das vendas de café "promoveriam ainda mais as atividades de exportação e importação e instalação da infraestrutura ferroviária e portuária interurbana, bem como as comunicações e o comércio de um modo geral" (SANTOS, A., 2002, p. 141).[9]

[8] Segundo Prado Jr. (1945, p. 168), o crescimento do comércio exterior por meio da exportação do café "permitiu, aliás, não somente uma ascensão sensível do padrão de vida da população – pelo menos de certas classes e regiões –, mas também o aparelhamento técnico do país, inteiramente dependente, nesse terreno, do estrangeiro. Refiro-me a estradas de ferro e outros meios de comunicação e transportes, mecanização das indústrias rurais, instalação de algumas primeiras manufaturas etc."

[9] A esse termo, Lapa (1986, p. 42, grifo nosso) assinala que "foi também decisivo o fato de essas partes mais elevadas oferecerem melhores condições para a construção de rodovias e ferrovias, que se localizaram assim no alto, permitindo rápido escoamento da produção, bem como a circulação de homens, animais, máquinas e mercadorias em geral. As transformações impositivas do sistema capitalista vão cadenciando esse movimento, que reclama novas áreas fornecedoras de produtos coloniais. A fronteira avança removendo, extinguindo ou simplesmente incorporando tudo quanto possa obstaculizar seu desenvolvimento. Um empreendimento capitalista que muitas vezes é planejado desde a venda do lote de terra até a planta da cidade."

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Além de modificar a economia do país, concentrando riquezas e modificando as estruturas urbanas, como destacado acima, a lavoura de café também teve importante papel na evolução social[10] e política do Brasil, especificamente nas áreas em que esta produção vingou. Assim como os senhores de engenho e os grandes mineradores representavam a aristocracia brasileira, os grandes fazendeiros de café do século XIX integravam a elite social do país, garantindo (i) um papel central do estado de São Paulo em relação ao restante do território nacional (PRADO JR., 1945) e, principalmente, (ii) a articulação, cada vez maior, dos interesses da elite fazendeira na produção dos espaços urbanos, como foi o caso de Campinas.

Logo, a expansão cafeeira, em Campinas, além de financiar a urbanização da cidade, acabou por beneficiar a camada da população detentora dos meios de produção e, por consequência, do poder político e econômico da época. Assim, afirma Lapa:

> *Essa camada representada [...] pela aristocracia cafeeira que, ao longo do tempo se metamorfoseará em alta burguesia, é quem se atualizará com o progresso, oferecendo, em troca dessa importância de bens, símbolos e padrões, a exportação da grande lavoura de um produto primário que manterá a estrutura subdesenvolvida de amplos contingentes da população, incapazes ou impedidos de usufruir das conquistas que os eleitos pelo capital reservaram para si (LAPA, 2008a, p. 20, grifo nosso).*

Ou seja, embora a racionalidade urbana, como resultado da expansão do capital nas lavouras de café, tenha se imposto claramente a todos, na cidade de Campinas, é evidente que ela se estruturou de maneira distinta sobre os ricos e sobre os pobres desta cidade.

Essa modernização de Campinas, ao acirrar o contraste entre a miséria e a riqueza, exigiu o deslocamento e o confinamento espacial aos pobres da cidade e também proporcionou um padrão de normatização da vida urbana ao induzir a

> *[...] um controle social e disciplinar da vida pública e privada, dadas as normas burguesas e capitalistas que se impõem à população, procurando racionalizar o uso do espaço, ao discriminar de maneira mais acentuada as desigualdades nos níveis de renda e social, introduzir e/ou regulamentar normas de higiene, moral, mobilidade, desodorização, sonoridade, atividade profissional, comércio, lazer etc. (LAPA, 2008a, p. 27).*

Foi a normatização da urbe, como consequência da produção de café na região, que acabou também por modificar e aumentar a demanda por alimentos obtidos por meio do comércio, principalmente para atender ao grande contingente populacional de migrantes que chegavam na cidade para compor a classe trabalhadora:

[10] Lapa (1986, p. 25) ressalta, por exemplo, que a "vida social torna-se mais intensa, como aquela registrada por Lévi-Strauss, surpreso com o número de bordéis e a vida noturna em Marília, onde nas ruas principais o comércio permanecia aberto 24 horas por dia."

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

> *Desde meados do século XIX, Campinas, na província de São Paulo, constituiu importante exemplo de cidade que vivenciou os encantos e desencantos proporcionados pela rápida acumulação de capital, que tinha sua origem no campo, mas plantava na cidade os marcos de seu poder e de seu domínio. A economia cafeeira colocou-se como grande fator de atração para migrantes nacionais e estrangeiros, notadamente após 1850, além de concentrar e importar mão de obra escrava. O café em Campinas não significou apenas mais fazendas e riquezas. Significou também mais comércio e maior diversificação das atividades urbanas, criando novas oportunidades através de novas necessidades, inerentes ao crescimento econômico e populacional (MARTINS, 2010, p. 24, grifo nosso).*

Entre as "novas necessidades" consequentes da produção cafeeira em destaque, estava a superação da crise de abastecimento alimentar – resultante do preço dos gêneros de primeira necessidade – que assolava a Campinas do século XIX. Em 1854, por exemplo, um comunicado à Câmara Municipal advertia que esses alimentos eram vendidos, na cidade, a preços muito elevados, afetando, principalmente, a classe de trabalhadores mais pobres.[11]

O então presidente da província, em 1857, diante da crise alimentar instaurada, solicitou à Câmara Municipal as seguintes informações:

> *1º Qual a causa da elevação dos preços dos gêneros alimentícios, declarando-se quais desses gêneros formam a alimentação da grande massa do povo. 2º Se tem havido diminuição na produção e por que causas, e no caso negativo, qual a razão da carestia dos gêneros. 3º Se essa carestia se nota somente nos grandes mercados ou também nos lugares de produção. 4º Se para esses efeitos concorrem causa passageira, e que só subsistem por circunstâncias especiais, ou influem algumas que apresentam caráter de permanência. 5º Se a carestia de que se trata abrange todos os gêneros, e em que proporção (ACMC, 24/10/1857 apud MARTINS, 2011, p. 5).*

Como a maior parte dos camaristas era composta de cafeicultores já iniciados nas regras do jogo capitalista (MARTINS, 2011), a resposta concedida via ofício apresentava o quão a câmara estava bem informada sobre o momento econômico que vivia a cidade,[12] incluindo, portanto, explicações sobre a origem da escassez e da carestia de alimentos:

> *1º- Que a causa da elevação dos preços dos gêneros alimentícios é o grande aumento da produção de café, cujo preço tem feito suplantar as outras indústrias agrícolas; e que os gêneros que formam a alimentação da grande massa da população são o milho, feijão, arroz e alguns legumes. 2º- que tem havido diminuição na produção relativamente ao consumo, por causa de se ter desprezado dita cultura, e dado preferência à cultura do café. 3º- que a carestia é geral pela causa exposta. 4º- que estas causas são permanentes em vistas das razões expostas. 5º - que a carestia abrange a todos os gêneros pela mesma razão que ofende a cada um em particular (ACMC, 24/10/1857 apud MARTINS, 2011, p. 5).*

[11] Martins (2010, p. 34) apresentou o seguinte comunicado feito à Câmara Municipal pelo fiscal suplente Joaquim Antônio da Silva Camargo, em janeiro de 1854: "Continuam as necessidades públicas sobre os víveres de primeira necessidade os quais atualmente são vendidos por muito alto preço [...], por isso levo ao conhecimento desta câmara para que dê as providências para o bem público e, principalmente, da pobreza desta cidade."

[12] Entre as informações sobre a escassez alimentar da cidade, apareciam termos como "leis da concorrência, capitais, salários, demanda, mercado, equilíbrio, vantagem" (MARTINS, 2011, p. 5).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

O problema também foi exposto no Senado do Império, em 1858, como um resultado da substituição da plantação de cana de açúcar pelo café. Sobre isto, declarou-se que

> *A conversão das fazendas de açúcar em fazendas de café tem ocorrido também ali em São Paulo para o encarecimento dos gêneros alimentícios [...]. Quanto o lavrador planta cana, pode também plantar e planta feijão, e alguns até plantam milho em distâncias maiores para não ofender a cana; e tudo vem excelentemente para o preparo da terra para a cana; e a limpa aproveita a tudo: isso acontecia no município de Campinas, cujas terras são mui férteis, quando o seu cultivo era a cana, e em outros municípios que abasteciam a capital e outros pontos de gêneros alimentícios. Entretanto, todo esse município de Campinas, e outros, estão cobertos de café, o qual não permite ao mesmo tempo a cultura de gêneros alimentícios, salvo no começo, quando novo; mas quando crescido, nada mais se pode plantar, e mesmo a terra fica improdutiva para os gêneros alimentícios, talvez para sempre [...] (Anais do Senado, IV, 1858; apud BUARQUE DE HOLANDA, 1995, p. 174-175).*

Os fatos apresentados demonstram que a riqueza abundante advinda do café produziu, na cidade, a manifestação mais cruel da pobreza: a fome – que se apresenta como um fato histórico e associa-se intimamente ao modo de produção capitalista.[13] Há, portanto, a formação de uma

> *[...] sociedade que se propõe acumulativa – de capitais; técnicas; experiências, civilizações –, mas cuja causa acumulativa maior é de cunho econômico e em que a proletarização de (dos) seres humanos também é acumulativa, pois leva de roldão, nesta economia, mais e mais homens, mulheres e crianças, inseridos precariamente nesta história moderna (Damiani, 2005, p. 59-60 apud RIBEIRO JUNIOR, 2008, p. 54).*

Vale ressaltar que a dificuldade com o abastecimento urbano de alimentos, em Campinas, devido aos altos preços das refeições, não era divulgada apenas no âmbito institucional, mas no próprio cotidiano, pelos que vivenciavam diariamente o problema: "o tema da carestia (estava) na 'boca do povo', nos botequins, na saída das missas, nas cozinhas das casas mais simples", uma vez que "nas ruas, nas casinhas[14] e nos armazéns, os preços

[13] Segundo Martins (2011, p. 5), "o café, que se tornaria o grande propulsor e financiador das transformações urbanas em Campinas e de tantas outras cidades do "oeste paulista", surgia como o grande vilão da carestia dos alimentos. E, de fato, o foi."

[14] As "casinhas" foram provavelmente os primeiros edifícios construídos (pela intervenção do poder público) para solucionar o problema de abastecimento de alimentos da população de Campinas. Segundo Martins (2010, p. 34-35), "antes mesmo de ser elevada à categoria de cidade em 1842, os 'homens bons' da Câmara articularam a construção de um edifício que servisse ao comércio de gêneros alimentícios: as 'casinhas'. Erguidas em terreno público, bem no centro da vila, atraíram logo grande frequência. [...] No restrito espaço das casinhas (as casinhas de Campinas tinham aproximadamente 15,5 metros de largura, altura de 3,3 metros e taipas com 0,66 metros de espessura), daí seu nome, encontravam-se principalmente carne verde e cereais. Aquele próprio municipal vinha atender, ao menos em parte, as necessidades mais imediatas dos habitantes. O novo ponto de compras certamente foi de grande utilidade pública e acabou por emprestar seu nome a uma das mais importantes ruas da vila, que ficou então conhecida como Rua das Casinhas (atual Rua General Osório, no centro de Campinas). Esse tipo de estabelecimento foi comum no Brasil de Oitocentos, fruto da preocupação das administrações municipais com o antigo e recorrente problema do abastecimento das vilas e cidades. A 'Rua das Casinhas' marcou presença também em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Curitiba, entre outras localidades."

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

dos alimentos andavam pela hora da morte" (MARTINS, 2010, p. 41).

O aumento do preço dos víveres de primeira necessidade ocorria em uma Campinas que, em meados do século XIX, apresentava uma dimensão maior que a cidade de São Paulo (capital da província):[15] havia em seu assentamento a chegada constante de mão de obra nacional, fazendo com que, a partir de 1860, a cidade ampliasse

> *[...] suas funções urbanas para atender às novas demandas da economia e da população, tornando-se importante polo regional de comércio e prestação de serviços. O núcleo urbano de Campinas destacava-se, nesse período, pela antiga função de centro comercial e de comunicação da antiga rota de Goiás e da região do açúcar, aumentando o número de estabelecimentos comerciais e já fazendo emergir um forte setor de serviços (BAENINGER, 1992, p. 29).*

Foi nesta conjuntura – de chegada e concentração de migrantes na cidade[16] e de crise de abastecimento alimentar relacionada aos preços elevados dos alimentos – que Campinas passou por uma "reorganização do seu espaço e, consequentemente, da própria vida de seus habitantes. Nesse processo, ruas, praças e edifícios foram construídos ou passaram por alterações" (MARTINS, 2010, p. 25).

Houve, nesse contexto de alterações urbanas, ações que explicitamente controlavam a vida da maioria dos pobres (negros e imigrantes de diversos lugares) viventes na cidade. Elas visavam a

> *[...] disciplinar, confinar, territorializar esses indivíduos que, sendo a maioria, obstaculizavam o projeto que se tinha para eles (membros da elite), o único capaz de conduzi-los todos ao progresso, à civilização e, portanto, ao bem-estar e à segurança (LAPA, 2008b, p. 45).*

Campinas estava empenhada, desde o início de sua história urbana, a administrar a sua pobreza. Lapa, nesse sentido, afirma que

> *Se, de um lado, a imigração europeia assoma como uma solução econômica, política e cultural, ela, entretanto, acabará acarretando problemas dessa mesma natureza (comportamentos e hábitos), que exigirão intervenções sociais e urbanas que permitiram institucionalizar um tratamento disciplinador capaz de separar o que era considerado bom do que era considerado mau. Assim, as noções de*

[15] Segundo Baeninger (1992, p. 21), "entre os anos de 1836 e 1854, enquanto a população da Província como um todo cresceu a uma taxa de 2,1% a.a, a de Campinas chegou a registrar 4,3% a.a [...]. Nesse período, a taxa de crescimento da população escrava do município foi equivalente à taxa de crescimento da população total (4,2 % a.a), o que demonstra a importância desse segmento da população no crescimento total observado no período. De fato, a população escrava, em 1854, ainda representava 57,7% do total populacional de Campinas."

[16] Martins (2011, p. 7) aponta que "a chegada de muitos escravos para as plantações de café, dos imigrantes para as primeiras experiências de parceria e também de pessoas resolvidas a tentar a sorte em um lugar altamente promissor, em resumo, um rápido crescimento da população, também contribuiu muito para o aumento da demanda por alimentos em Campinas."

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

> *higiene, as novas conquistas científicas para a saúde pública, o tratamento da cidade como território que deve ser normatizado, eram componentes inerentes ao discurso e à prática com que se vê Campinas empenhada em administrar sua pobreza (LAPA, 2008b, p. 45-46).*

Fora nesse contexto que a ordem burguesa, advinda da riqueza das lavouras do café, instalava-se e afirmava-se ao impor uma série de grandes transformações urbanas e sociais. Entre estas, destaca-se como fundamental, para a análise em curso, o surgimento, em 1859, do primeiro mercado de abastecimento de alimentos de Campinas, marca de uma nova organização no controle e na circulação de homens e mercadorias na cidade (MARTINS, 2010, p. 25).

O assim denominado Mercado Grande surgiu com dois principais objetivos: o primeiro, para responder ao "problema de escassez dos alimentos durante a década de 1850, quando a lavoura cafeeira se expandia e roubava terras e mão de obra da agricultura de subsistência" (MARTINS, 2010, p. 26),[17] e o segundo, para atender aos parâmetros de planejamento de uma cidade burguesa em ascensão.

Com a criação do Mercado Grande, transformou-se a área limítrofe entre o campo e a cidade, possibilitando, assim, uma nova divisão do espaço campineiro. O fixo marcou o início da reorganização deste espaço e, justamente, por encontrar-se no limite entre a área rural e urbana – no antigo Largo do Chafariz do Nascente –[18], permitiu um contato mais estreito entre a urbe e o seu entorno rural,[19] trazendo à tona uma nova dinâmica[20] à área em questão. Martins admite que

> *Tendo como referência o espaço ocupado pelo Mercado, a área do seu entorno passou a ser fragmentada, melhor delimitada e organizada e muito mais frequentada. Havia chegado o momento de a Câmara proceder ao alinhamento dos terrenos em frente ao Mercado e adjacências, mais precisamente entre as ruas Formosa[21] e da Matriz Velha,[22] sendo necessárias algumas desapropriações (MARTINS, 2011, p. 45).*

[17] O mesmo autor pontua que "os abastecimentos das cidades com gêneros alimentícios podia ter suas crises de escassez e carestia, motivadas por fenômenos naturais como secas, excesso de chuvas ou pragas. Mas havia também causas fortuitas, que nada tinham a ver com os humores da natureza. Movidos por vários interesses, os homens contribuíam diretamente para que, em muitas ocasiões, os mantimentos faltassem e custassem caro nos centros urbanos. Em Campinas, as mudanças impulsionadas pela febre do ouro verde redirecionaram para os cafezais terras e braços, antes ocupados na produção de alimentos" (MARTINS, 2010, p. 254).

[18] Atual praça Carlos Gomes, no centro de Campinas.

[19] Muitas áreas rurais e cidades vizinhas foram as responsáveis por fornecerem os gêneros alimentícios comercializados no Mercado Grande (MARTINS, 2011).

[20] O historiador Martins (2011, p. 46) apontou a presença de "populares" no entorno do mercado. Entre eles, "lavadeiras, soldado e mulher com jarro na cabeça", representando, então, um novo movimento – antes reduzido ou mesmo inexistente – para a região.

[21] Atual rua Conceição, no centro de Campinas.

[22] Atual rua Barreto Leme, no centro de Campinas.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Essas transformações na urbe transcendiam a função exclusiva do Mercado Grande de apenas comercializar alimentos ou combater a escassez dos víveres de primeira necessidade. As novas delimitações e organizações do espaço, atrativas à parcela da população a esse local, também permitiram que o fixo fosse um dos responsáveis pela formação de uma nova centralidade, mesmo que de maneira tímida, na Campinas do século XIX. Localizado na atual praça Carlos Gomes, ele proporcionou neste lugar o encontro[23] e a troca – característica primordial de uma cidade – no então ponto limítrofe entre o rural e o urbano, dando início ao processo de formação da atual região central da cidade de Campinas.[24] Como se pode observar, a garantia de abastecimento alimentar da população campineira foi propulsora de uma reorganização do espaço urbano.

A reorganização do espaço urbano na cidade burguesa: o abastecimento alimentar normatizado e alternativo em Campinas

Segundo Antônio Santos (2002), a burguesia cafeeira foi a principal originária social da burguesia industrial nacional e, sobretudo, a maior responsável pela introdução de capital nas atividades comerciais, nos serviços e transportes e, principalmente, na urbanização acentuada das cidades ligadas a esse complexo exportador do século XIX.

Foram, portanto, as elites agrárias que permitiram a penetração do capital mercantil e industrial nos espaços da cidade, modificando, dessa maneira, as relações políticas e econômicas em Campinas. Era nesse contexto que muitas empresas ou estabelecimentos prestavam serviços de caráter público – como, por exemplo, as que garantiam o abastecimento alimentar[25] e energético[26] da cidade – com financiamento privado.

---

[23] Há, em Lapa (2008a, p. 275), a informação de que o largo do Mercado (local em que se instalou o Grande Mercado) era considerado o centro febril da concentração popular, e, em Martins (2010, p. 336), o destaque para a noção de que o mercado realizava o papel do centro, "obrigando os que vendem e os que compram a ali se reunirem para um só fim."

[24] Conforme Lapa (2008a, p. 276), "dois anos depois de inaugurado o Mercado Grande, o largo do Mercado (praça do Mercado), assim chamado, recebeu tratamento paisagístico. Era o terreno ao edifício do Mercado, localizado à sua frente, entre as ruas da Cadeia (atual Cezar Bierrennbach) e das Casinhas (atual General Osório), o que leva a identificar como sendo a quadra onde hoje se encontram o Cine Jequitibá (funcionou até 2004 e, atualmente, abriga a Igreja Mundial do Poder de Deus), o bar Voga etc.", no centro de Campinas.

[25] Caso da construção, em 1908, do último e atual mercado urbano de alimentos, o Mercadão.

[26] É importante ressaltar os exemplos abordados por Antônio Santos (2012, p. 146-147) ao refletir sobre as transformações da cidade e de seus espaços públicos pelas frações do capital. Este autor destaca a "Companhia Campineira de Iluminação e Gaz, no ano de 1872, que mais tarde, em 1906, seria transformada na Companhia Campineira de Iluminação e Força. Estas empresas construiriam o gasômetro e toda a infraestrutura de distribuição de energia para a iluminação pública e privada da cidade de Campinas [...]. Neste mesmo ano de 1872, Antonio Manoel Proença, em conjunto com as famílias Souza Aranha e Quirino dos Santos [...] fundariam a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação, uma empresa campineira, cujo comando estaria politicamente articulado às outras empresas municipais de serviços públicos durante um período de aproximadamente cinco décadas. Esta empresa ferroviária faria realizar, mais ainda, uma acumulação baseada na valorização da terra, de grande interesse particular para o senhor Proença, e proporcionaria alto lucro privado nos negócios de compra e venda de propriedades vizinhas."

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Em Campinas, as parcelas da burguesia cafeeira da metade do século XIX

> *[...] fundariam empresas de serviços públicos com concessões de privilégios recebidos pelo Estado, aprovariam legislações de posturas municipais e interviriam na economia urbana emergente, como um modo de garantir os próprios interesses mais gerais. Seriam conservadas assim, por mais algumas décadas, as relações de mandonismo no poder local, por meio de práticas sociais características do coronelismo e da dominação oligárquica, numa estreita convivência com a consolidação do Estado Nacional, durante a constituição do capitalismo no Brasil (SANTOS, A., 2002, p. 145).*

Tal contexto indica o modo como a "reforma da cidade" foi, historicamente, realizada pelos poderes locais e provinciais que exacerbaram o papel das frações do capital interessadas em lucrar com a produção do espaço urbano em Campinas (SANTOS, A., 2002).

Apesar de o fixo do Mercado Grande não ter sido construído pelo capital privado, ele foi um dos grandes propulsores das transformações urbanas de Campinas. Para Martins, "ao procurar organizar, controlar e garantir o abastecimento, a construção de um mercado pela Câmara Municipal também acabou por controlar os movimentos de uma população crescente e heterogênea, e redefiniu o traçado urbano" (MARTINS, 2010, p. 26).

Obedecendo a um padrão burguês de normatização da cidade, o fixo acabou por realizar não somente o abastecimento alimentar, mas, sobretudo, o controle do movimento das pessoas:

> *Mais que a evidente intenção de tentar solucionar os problemas do abastecimento urbano, o mercado serviu para ajudar a controlar os movimentos de uma população crescente e heterogênea, surgindo como um espaço normatizado. No interior e arredores do mercado, o cotidiano de muitos campineiros foi modificado, seus hábitos alterados, seus costumes reordenados (MARTINS, 2011, p. 11).*

O mesmo se deu com os outros dois mercados inaugurados na cidade: o primeiro Mercado das Hortaliças (1872), ou Mercadinho, e o segundo Mercado das Hortaliças (1886). Ambos localizados no centro de Campinas (o Mercadinho, na atual praça Antônio Pompeu, nas esquinas das atuais ruas Doutor Quirino e Doutor Tomás Alves, e o segundo Mercado das Hortaliças, no atual largo das Andorinhas), materializavam, cada vez mais, a transformação urbana da cidade que atraía mão de obra e investimentos, corroborando, do mesmo modo, um maior controle e normatização da cidade.

Foi com os mercados, portanto, que se iniciou o processo de transformação de uma cidade notavelmente informal e regida pelos costumes, num momento de intensificação da vida urbana, em um espaço ordenado por um regulamento próprio – um lugar da norma (MARTINS, 2010). A criação dos mercados passou também a significar um controle maior

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

"das discussões que aconteciam em vários pontos da cidade, a qualquer hora, sobre este ou aquele gênero alimentício, entre outras coisas..." (MARTINS, 2010, p. 120).

Ao normatizar o lugar que garantiria a reprodução da força de trabalho,[27] com a venda obrigatória de arroz, feijão, milho, farinhas e toucinhos, a Câmara Municipal

> *[...] estava (a) ditar as normas que deveriam reger seu movimento. Afinal, os mercados não representavam apenas o desejo de o poder municipal controlar, regularizar e garantir o necessário abastecimento urbano. Representavam também uma intervenção política com o fim de concentrar em um único local um tipo de comércio que sempre havia sido bastante difuso pelas ruas, pelas praças e pelos becos, praticado por escravos, libertos e imigrantes – indivíduos quase sempre suspeitos às autoridades e elites. Ao menos no Mercado, esperava-se ter aquela atividade e seus praticantes sob a constante vigilância do inspetor, do fiscal e mesmo da polícia (MARTINS, 2010, p. 167, grifo nosso).*

Como já exposto, o abastecimento alimentar de Campinas, antes e posteriormente à sua normatização, também era composto de um comércio organizado de maneira "informal" pelas ruas da cidade. Reconhecido, nesta reconstituição territorial de Campinas, como um "abastecimento alternativo", possuía uma importância fundamental para a cidade, principalmente para os seus sujeitos mais pobres. Nesse sentido, Martins afirma que

> *[...] os mercados não eram as únicas opções de abastecimento da população. A cidade passou a contar com um número cada vez maior e diversificado de estabelecimentos aptos a fornecer todo tipo de alimento, não apenas os mais simples e corriqueiros, como também os mais sofisticados e caros, para atender a uma seleta clientela (MARTINS, 2010, p. 187).*

Esse abastecimento era formado pelos armazéns dispersos pelos bairros, quiosques encontrados no centro da cidade, restaurantes humildes ou abastados, botequins, padarias, açougues, casas importadoras e de pasto, confeitarias, comércio de frutas, verduras, quitandas e, não menos importante, pela miríade de ambulantes que perambulavam pelas ruas de Campinas. Caracterizado pela mobilidade e autonomia de seus participantes, articulava-se, em sua maioria, por uma vasta legião de pessoas pobres (imigrantes, escravos, negros livres e libertos) que se organizavam em trabalhos por conta própria.

Conforme Lapa,

> *Os pobres verão o seu número ou a sua penúria aumentar, não tanto numa relação direta com o crescimento da produtividade, como ocorreria numa sociedade capitalista isenta do regime de trabalho escravo. Entretanto, para a sua própria subsistência, para o aumento de suas necessidades primárias, veem-se compelidos a lançar mão de sua força de trabalho, com a qual obterão recursos gerados*

[27] É necessário pontuar que "a busca burguesa da cidade ideal, bela e higiênica incluía a boa qualidade dos alimentos, requisito indispensável para garantir a produtividade da força de trabalho" (MARTINS, 2010, p. 246).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

> *pela sociedade. Como se trata de uma sociedade escravista em transição para uma economia de mercado, ocorrem em seus momentos de expansão efeitos contraditórios, pelos quais o mercado de trabalho ainda mais deveria contrair-se, desde que se pressupõe que o estoque de escravos aumente e se ocupe de todas as tarefas, deixando pouco para o homem livre. Nessa situação, o artesanato, os serviços de certa qualificação, o trabalho por conta própria, sempre em condições restritas, é o que sobra para o miserável (LAPA, 2008b, p. 37).*

Assim, os "donos das ruas", como eram conhecidos os miseráveis de Campinas (homens livres, escravos, imigrantes e muitas mulheres), na tentativa de "ganhar a vida", circulavam por toda a cidade, vendendo variados gêneros alimentícios em seus tabuleiros, carrinhos de mão, jacás[28] e carroças, levando "sons, cores, sabores e aromas que ajudavam a movimentar e temperar o dia a dia" (MARTINS, 2010, p. 241).

A venda desses alimentos não permitia somente a sobrevivência de cidadãos pobres organizadores de um mercado popular de alimentação – conforme ressaltou Martins (2010, p. 242), "muitas mulheres garantiam sua humilde existência na cidade através daquele pequeno comércio a retalho" –, mas também o abastecimento do restante dos habitantes campineiros, em sua grande maioria, pobres e trabalhadores dependentes de um circuito de alimentação feito pelas ruas, que oferecia refeições mais baratas tendo em vista a forte dificuldade de se consumir alimentos nesse período, devido à alta dos preços.

Observam-se, assim, os traços de um circuito popular de alimentação. No período em questão, na rua Álvares Machado,[29] encontrava-se a chamada "cozinha econômica", estabelecimento no qual os trabalhadores garantiam o acesso às refeições, já que nela "os preços serão baratíssimos a fim de poderem todos satisfazer-se, despendendo pouco dinheiro" (MARTINS, 2010, p. 200).

Os botequins – pontos de encontro de trabalhadores, lugares para se "enganar a fome" e locais de distribuição de alguns gêneros alimentícios para a população mais pobre – também eram espaços voltados ao consumo alimentício popular. Proliferaram-se a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX, acompanhando as transformações da cidade, que se normatizava e cuja população operária aumentava:

> *Nas esquinas do centro da cidade, nos bairros, na estação ferroviária, nas casas de espetáculos, nas casas de banhos, no Mercadinho de Hortaliças ou no caminho de ida ou volta, havia sempre um botequim aberto para atender uma clientela cativa. O crescimento do operariado, com o surgimento de ferrovias, das fábricas e da imigração, criou uma demanda maior por locais de lazer popular. Entre eles, os botequins foram o grande destaque (MARTINS, 2010, p. 206).*

[28] Cesto de taquara ou de cipó usado no transporte de cargas, preso ao longo dos animais (Dicionário Houaiss, 2008).

[29] Essa rua, localizada no centro de Campinas, incorpora, atualmente, muitas espessuras do comércio popular de alimentação.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Neles,

> *[...] seus fregueses não apenas faziam suas refeições ou beliscavam seus tira-gostos preferidos: de certa maneira, alimentavam-se também de suas próprias tradições culturais, muitas das quais entrariam em choque com o projeto republicano de transformar o homem livre pobre em um tipo ideal de trabalhador assalariado. Os botequins faziam parte das limitadas opções de lazer das classes pobres, das pessoas que não frequentavam o teatro, saraus literários, nem jogavam gamão ou viajavam à Europa. A gente simples, trabalhadores livres ou escravos e também os desempregados, mais conhecidos então como vadios ou vagabundos, passavam horas naqueles estabelecimentos proseando sobre os assuntos variados da vida (MARTINS, 2010, p. 202).*

Além da "cozinha econômica", dos botequins e do mercado ambulante, que será tratado mais detidamente adiante, também era nos quiosques que havia a possibilidade de realização de uma refeição mais barata. Nestes, frequentavam os trabalhadores pobres das ruas, que buscavam bebidas e refeições a baixo custo (os principais produtos ali encontrados).

Mesmo apresentando essa importante função social – em razão de garantir a sobrevivência dos pobres em Campinas (rendimento e abastecimento alimentar) –, eram os vendedores do comércio alimentar alternativo os que mais sofriam a ambiguidade da ação da Câmara Municipal e da normatização da cidade com a construção dos mercados centralizadores das vendas de alimentos.

Conforme Martins (2010), se, de um lado, essa centralização permitia uma melhoria nas condições de abastecimento dos habitantes de Campinas, por outro, acabava por comedir e restringir os movimentos dos trabalhadores ambulantes, alterando, portanto, o seu cotidiano. Eram os escravos[30] e homens livres e pobres, por exemplo, que se movimentavam nos lugares a partir do comércio ambulante.[31]

Cabe pontuar que esse comércio, desde a formação do mercado de trabalho livre no Brasil, sempre foi a maneira pela qual os ex-escravos, homens e mulheres livres e negros e pobres se organizavam para subsistir na cidade. Em 1886, por exemplo, além da inauguração do segundo Mercado de Hortaliças em Campinas, houve um subsídio brasileiro incentivando o fluxo migratório europeu para ocupar os postos de trabalho, principalmente

[30] Martins (2010, p. 244) adverte que "o comércio ambulante dava grande mobilidade aos escravos da cidade, coisa pouco conhecida pela maioria dos escravos das fazendas, com as vantagens de não ser um trabalho tão extenuante quanto o eito e de ser exercido com o 'feitor ausente', o que já era um grande alívio. A escravidão no ambiente urbano ganhou um caráter mais flexível, e o fato de os escravos passarem grande parte de seu tempo fora da casa e da vigilância de seu senhor, ou mesmo 'vivendo sobre si', permitiu novos arranjos na relação senhor-escravo, especialmente através do 'sistema de ganho'."

[31] Segundo Martins (2010, p. 241), "muitos vendedores ambulantes percorriam as ruas de Campinas apregoando os mais variados gêneros alimentícios. Se as pessoas não iam ao Mercado, o Mercado chegava até elas [...]. Aquela comodidade da vida urbana era muito bem-vinda, especialmente se o mercado ficasse distante ou a manhã fosse chuvosa."

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

aqueles associados à cultura e comercialização do café. Nesse sentido, Baeninger (1992) esclarece que a mão de obra empregada no período em questão era, em sua grande maioria, estrangeira (principalmente europeia) e em unidades familiares, impedindo, portanto, que esses postos fossem ocupados pela parcela pobre e negra campineira.

Conclui-se, dessa maneira, que, desde o início da formação do mercado de trabalho livre em Campinas, a parcela da população destacada não encontrava a garantia de trabalho na cidade, sendo a formação de comércios populares e a prostituição as únicas saídas para esses sujeitos historicamente à margem do emprego no país. Martins afirma que

> *Muitos libertos da área rural e de municípios vizinhos procuravam em suas ruas iluminadas a gás e percorridas por bondes, uma oportunidade no restrito e concorrido mercado de trabalho livre. Como seria de esperar em uma economia capitalista, nem todos conseguiam uma colocação, engrossando a camada expropriada daqueles que viviam de trabalhos eventuais, da caridade pública e de outros expedientes mais ou menos lícitos. Nesse processo de formação da classe trabalhadora, os negros iriam arcar com a maior parte do ônus imposto pelo sistema, enquanto escravos, enquanto libertos, enquanto livres. [...] Entre as mulheres, a prostituição, não poucas vezes, se colocou como última saída na difícil luta pela sobrevivência (MARTINS, 2010, p. 295).*

Como resultado dessa marginalização e das diversas privações históricas, a parcela negra e pobre de Campinas, obviamente, também encontrava dificuldades de moradia nesta cidade. Sem muitas opções, acabava por "aglomerar-se nos biombos, cortiços associados à prostituição" (MARTINS, 2010, p. 295), localizados no que atualmente é o centro de Campinas (praça Carlos Gomes). Essa parcela chamava a atenção e, desde então, não era bem vista na cidade que se aburguesava.

Observa-se, assim, que a formação desse mercado popular de alimentação, principalmente o ambulante, funcionava como uma espécie de abrigo aos pobres excluídos e marginalizados, representando uma possibilidade de resistência na cidade que, já em sua gênese, apresentava-se desigual. Esta prática, no entanto, se chocava com as mudanças urbanas lideradas pela elite, uma vez que esta trazia à tona novos hábitos de consumo, normas morais e condutas civilizatórias materializadas na produção da cidade.

Ora, na década de 1870, já conviviam, em Campinas, "duas cidades" cujas existências demonstravam no lugar as desigualdades socioespaciais inerentes ao contraditório modo de produção capitalista. A "cidade racional, objetiva e civilizada" confrontava-se com a cidade "clandestina, despudorada, transgressora das posturas, em que convivem cortiços, pardieiros, os seus becos e ruazinhas malcheirosas" (Lapa, 1995, p. 124 apud BISNETO, 2009, p. 26). O confronto com essa simultaneidade de diferentes realidades socioespaciais

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

caracterizou-se pela criação dos "códigos de posturas" que "regulamentavam e disciplinavam as edificações, as vias, os logradouros públicos, calçamento, demolições, entre outras medidas" (BISNETO, 2009, p. 27) na cidade.

Conforme Penteado (2012, p. 14), foram justamente os códigos de posturas, criados ao longo do século XIX, que disciplinaram e revelaram um movimento de reordenamento territorial na cidade. O Código de Posturas Municipais de 1876,[32] por exemplo, modificou tanto a conduta de trabalhadores ambulantes que circulavam sobre rodas quanto os que realizavam suas vendas a pé. Surgia, nesse momento da história territorial de Campinas, a obrigatoriedade da habilitação e o pagamento anual à Câmara Municipal para conduzir as carroças, além do, cada vez maior, detalhamento de uso e ocupação do solo urbano (MARTINS, 2010).

Segundo Rolnik (1999), a cidade de São Paulo, em meados do século XIX, passava pelo mesmo processo que Campinas, cujo conflito entre a apropriação das ruas como espaço de circulação e todos os demais usos era latente e atingia também as atividades de venda de alimentos:

> *O conflito teve uma primeira manifestação no expurgo da atividade de quitanda – prática corrente de venda de produtos em banquinhas, esteiras ou tabuleiros nas ruas – pela Câmara Municipal, autoridade encarregada da gestão da cidade. Retirar quem atrapalhava o trânsito para finalmente regularizar o tráfego, por meio de reformas e alargamentos iniciados na virada do século, foi uma das estratégias adotadas para a captura do espaço da rua – antes destinado a uma multiplicidade de usos – ao uso exclusivo dos meios de circulação (ROLNIK, 1999, p. 32).*

A disputa dos espaços das cidades entre a elite burguesa e os cidadãos pobres não era o único conflito desse período. Outro problema que dificultava a ação dos ambulantes, em Campinas, era a legalização destes profissionais com o pagamento de uma licença[33] à Câmara Municipal (MARTINS, 2010). Tendo em vista que a composição desse comércio sempre foi majoritariamente formada por pobres que viviam cotidianamente com a incerteza do ganho,

> *[...] muitos deixavam de pagá-la e levavam a cada dia no fio da navalha até que, mais cedo ou mais tarde, se encontravam com o fiscal e, ou pagavam a licença imediatamente, ou eram multados e tinham sua mercadoria apreendida (MARTINS, 2010, p. 250).*

[32] Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1876.

[33] Logo, "os vendedores ambulantes não contribuíam apenas para agilizar o abastecimento urbano, prestando assim um grande serviço à população. Eles representavam também uma importante fonte de arrecadação para o município que crescia e, muitas vezes, se endividava" (MARTINS, 2010, p. 254).

A urbanização sanitarista trouxe à tona a centralização normativa da venda de alimentos, que identificava o comércio ambulante como um estorvo à livre circulação e como um problema para a salubridade da cidade e para a saúde das pessoas. Esta imposição de um planejamento higienista acabou por traduzir a histórica maneira parcial de concepção da urbe campineira: aquela que busca transformar o seu espaço exacerbando a invisibilidade dos sujeitos pobres viventes no lugar.

À essa invisibilidade e ao imaginário da cidade insalubre soma-se a negação de uma alternativa econômica que garantisse a alimentação da maioria pobre – o comércio popular. Destaca-se, em Martins, que

> *A gestão dos problemas concernentes ao abastecimento das cidades passou a integrar a esfera da saúde pública, que concebia um discurso e uma prática que aspiravam a ser cada vez mais científicos. A essas questões associava-se outra mais sutil: a maneira de ser da gente pobre que lutava pela vida no trabalho das ruas, especialmente seus linguajares, atos e modos, que discrepavam dos novos padrões burgueses de decoro e convívio social (MARTINS, 2010, p. 246).*

Nota-se, como exposto, que a atividade ambulante, bem como as outras que conformavam o abastecimento alternativo popular de Campinas, possuía uma força na cidade por representar um espaço de luta pela sobrevivência dos sujeitos pobres envolvidos que, cada vez mais, eram excluídos do processo de renovação da cidade do café. No entanto, cabe destacar que os anos em que os dois últimos mercados normatizadores da venda de alimentos foram instalados na cidade (1872 e 1886) coincidiram com datas próximas à efetivação dos seus códigos de posturas (1876 e 1880), cujas funções eram reordenar e "embelezar" a urbe – atendendo, em grande medida, as frações do capital – e reforçar, portanto, a expulsão e a invisibilidade da parcela pobre de Campinas.

Dessa maneira, há de haver certos questionamentos sobre a maneira pela qual, historicamente, a cidade se transformou e se organizou, nos últimos séculos: quando o pobre e o faminto tiveram os seus reais direitos e necessidades atendidos, na cidade enriquecida pelo café? Em que medida o abastecimento alimentar alternativo – símbolo histórico de luta e resistência na urbe – perdeu espaço numa cidade transformada, cada vez mais, em mercadoria? Como a escassez de alimentos, inerente ao processo de empobrecimento da cidade, historicamente, estrutura e sustenta o discurso da normatização burguesa dos espaços alimentícios?

A fome (a escassez), assim como o café (a abundância), "permitiram" o reordenamento da cidade, nesse primeiro período. No entanto, o propósito de normatização da venda de alimentos na urbe não acabou com essa mazela histórica. O segundo período, trabalhado

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

a seguir, comprova esta questão: a pobreza e a carência de alimentos para a população urbana permaneceram e continuaram transformando a cidade do ouro verde.

A POBREZA NO PERÍODO DA FEBRE AMARELA (1889-1908): OS FAMINTOS NÃO PUDERAM FUGIR DE CAMPINAS

A fome persistia, na Campinas que aprofundava o atendimento à ordem econômica vigente, uma "economia voltada para a produção extensiva e em larga escala, de matérias-primas e gêneros tropicais destinados à exportação" (PRADO JR., 1945, p. 207).

No primeiro ano de surto epidêmico da febre amarela em Campinas (1889), o Brasil presenciava a transição da monarquia para a república, fato fortalecedor (tanto no cenário político, quanto no econômico) de uma oligarquia rural que detinha "a ânsia de enriquecimento, de prosperidade material" (PRADO JR., 1945, p. 208).

A consolidação dessa elite agrária trouxe à tona também uma maior inserção da finança internacional nas atividades brasileiras, e, em Campinas, sobretudo naquelas atividades ligadas ao setor da população detentora do poder local. A produção do café, neste período, recebia largos investimentos que custeavam a plantação e a produção deste gênero exportável.

Apesar do grande crescimento econômico originário da economia agroexportadora, a carência de alimentos persistia na urbe. Campinas continuava vendendo produtos de primeira necessidade a preços muito altos,[34] quando não importava os seus gêneros alimentícios. Sobre isso, ressalta Prado Jr.:

> *[...] decairá a produção de gêneros de consumo interno que se tornam cada vez mais insuficientes para as necessidades do país, e obrigam a importar do estrangeiro a maior parte até dos mais vulgares artigos de alimentação. Os gêneros alimentícios figurarão na importação com porcentagens consideráveis, cerca de 30 e mais por cento, situação paradoxal e inteiramente anômala num país exclusivamente agrário como o Brasil (PRADO JR., 1945, p. 2010).*

[34] Conforme Martins (2010, p. 209), "o final do Império e início da República foi um tempo dos mais difíceis para a população pobre das cidades. Mesmo funcionários públicos de diferentes escalões sofreram com a grande carestia ocorrida no Brasil, reflexo da crise do café e das sucessivas desvalorizações cambiais que buscavam proteger os interesses exportadores. A inflação decorrente das mudanças cambiais aliada à política emissionista do início do governo republicano fez com que os preços no mercado interno, especialmente dos alimentos básicos, triplicassem entre 1889 e 1898. Desvalorizada, a moeda brasileira encareceu muitos gêneros importados, como o arroz, com impacto direto na elevação dos aluguéis. O aumento do custo de vida não foi acompanhado pelo aumento dos salários, que, muito ao contrário, eram corroídos pela inflação. O baixo poder de compra dos trabalhadores caiu ainda mais, contribuindo para as tensões políticas e sociais da nascente República. Que dizer dos desempregados e daqueles que lutavam diariamente na informalidade, que, para muitos, era o mercado real e possível?".

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

O par dialético abundância-escassez continuava, portanto, caracterizando a gênese da urbanização campineira. Ressalta-se, ainda, a exacerbação da fome, com a epidemia de febre amarela, que teve início em 1889, período em que a dificuldade para a sobrevivência dos mais pobres se agravou, em Campinas.

Conforme Lapa (2008a), as epidemias de febre amarela abateram a cidade, nos anos de 1889, 1890, 1892, 1896 e 1897. Foi neste período que as políticas públicas de saneamento, higiene e saúde proporcionaram mudanças na vida urbana, afetando a estrutura e a população campineira. Os dados não escondem o flagelo pelo qual passou a cidade: mais de mil mortes ocorreram, no primeiro ano da epidemia, seguindo para 1.700 casos notificados e 787 mortes, em 1896, e 694 casos com 325 mortes, em 1897 (LAPA, 2008a).

De acordo com Baeninger (1992, p. 35), a mortalidade chegava a somar até trinta óbitos por dia, "na maioria homens entre 21 e 30 anos, principalmente portugueses e brasileiros". Esta autora, com base em historiografias locais, aponta que, com os surtos epidêmicos, a população foi reduzida de 20 mil para 5 mil moradores (Brito, 1969; Pupo, 1969 apud BAENINGER, 1992). Não foram somente as mortes que esvaziaram a cidade: a população que possuía condições financeiras debandou-se "para as zonas rurais ou para outras cidades da região" (Brito, 1969 apud BAENINGER, 1992, p. 35),[35] assim como as indústrias e os centros comerciais, que se transferiram para São Paulo e Jundiaí (Semeghini, 1988 apud BAENINGER, 1992).

Em Campinas, portanto, ficaram apenas os famintos que não puderam fugir. Conforme Martins, muitos dos que permaneceram na cidade eram pobres, e a possibilidade de suas restaurações se concretizarem era pífia, uma vez que

> *[...] o abastecimento urbano naquelas alturas estava seriamente comprometido. A notícia da grave epidemia espalhou-se rapidamente e o medo afastou os pequenos agricultores da cidade. As carroças de verduras, legumes, leite, ovos e aves que diariamente afluíam ao Mercado Grande e de Hortaliças desapareceram, como os comerciantes ambulantes de gêneros alimentícios. A maioria dos negociantes fechou seus armazéns e se refugiou no campo ou na capital (MARTINS, 2010, p. 304, grifo nosso).*

Como destaca o mesmo autor acima citado, a epidemia de febre amarela tornou ainda mais visível o problema da fome na cidade. Como salientado, isto ocorreu, em grande medida, devido ao fechamento e à extinção de diversas atividades populares ligadas à

[35] Segundo Brito (1969 apud BAENINGER 1992), entre 1889 e 1897, 75% da população emigraram do município em decorrência dos surtos de febre amarela.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

venda de alimentos.[36] Ou seja, o comércio ambulante e os estabelecimentos alimentícios restantes que proporcionavam o acesso à comida a um baixo custo pelas ruas de Campinas, ao encerrarem suas atividades, deixaram à mercê a parcela da população urbana[37] mais pobre e necessitada.

Avultava-se, portanto, a importância de um comércio popular de alimentos na cidade – detentor de uma força social – para que a alimentação da população empobrecida fosse garantida. Por esta razão, com a fuga desse comércio e a permanência da maioria pobre,

> *[...] aos horrores da peste, vêm-se juntar os horrores da fome; às cãibras crurais produzidas pelos estragos das ptomaínas, vêm-se juntar às cãibras temerosas do estômago em vacuidade. Não há comércio, não há comerciantes, não há gêneros, não há víveres: há somente peste e há somente fome (Filho, Novaes,1996 apud MARTINS, 2010, grifo nosso).*

Na cidade epidêmica e faminta, evidenciavam-se mais ainda as desigualdades entre as parcelas produtoras da urbe. O pânico geral, apesar de encontrar-se por toda Campinas – entre os lugares da pobreza, nos cortiços e becos, e os da riqueza do café, na cidade que se aburguesava –, matava, em grande medida, aqueles obrigados a permanecer: os mais pobres.

As notícias desse período destacavam a escassez e os valores elevados dos alimentos, vivenciados por essa parcela da população:

> *[...] os gêneros de primeira necessidade escassearam e estão por preços fabulosos. O mercado municipal está despovoado, de modo que a venda de mantimentos é feita por negociantes que naturalmente hão de auferir lucros com a revenda aos compradores ou consumidores. Vê-se, pois, que a alta dos gêneros alimentícios contribui para aumentar as dificuldades que a epidemia criou para as classes pobres [...] sabemos que a situação das classes proletárias em Campinas é extremamente desoladora. A miséria bateu-lhes às portas e a fome ameaça-os de morte inevitável (Diário de Campinas, nº 3.994, 5/4/1889, p. 1 apud MARTINS, 2010, p. 304-305).*

A insatisfação popular diante da fome também foi motivo de notícia, registrada no *Diário de Campinas*,[38] em forma de protesto:

[36] Segundo Martins (2010, p. 325), "os mercados vazios e silenciosos eram a melhor tradução da cidade em tempos epidêmicos. Os comerciantes, verdureiros e quitandeiras desapareciam, levando consigo os sons estridentes dos pregões, as cores vivas das frutas, os sabores fortes dos quitutes e os aromas penetrantes dos temperos e ervas. A escassez, a carestia, a fome e a monotonia se instalavam."

[37] Conforme Martins (2010, p. 324), "o comércio em geral perdia muitos fregueses, agricultores e comerciantes que vinham de lugares como Franca e Casa Branca, para vender seus produtos no Mercado e renovar seus estoques nas sortidas e variadas lojas campineiras. O pequeno produtor rural local que não ia ao Mercado não ganhava dinheiro e pouco comprava na cidade. O consumidor urbano sofria os efeitos da escassez e da carestia de gêneros alimentícios, ficando com menos dinheiro para o que não fosse estritamente necessário. A economia de Campinas amargava uma grande retração de vendas."

[38] Diário de Campinas, nº 3.994, 5/4/1889, p. 1.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

> *O povo que morra à fome! O pobre não tem direito à vida! A peste que faça uma devastação geral! Só assim, a pobreza deixará de mendigar os sobejos das bacanais palacianas! Às batalhas de flores, cortesãos! Aos festins áulicos da Grande Corte! Ao estalar o champagne que se afoguem os gemidos dos miseráveis! O pobre não tem direito à vida! (Diário de Campinas, nº 3.994, 5/4/1889, p. 1 apud MARTINS, 2010, p. 305).*

Do êxodo populacional, alto índice de mortalidade, encerramento de muitas atividades, (inclusive, como demonstrado, aquelas ligadas à venda de alimentos) e até o saque de estabelecimentos comerciais (LAPA, 2008a)[39] à proliferação de associações filantrópicas e organização de trabalhadores em cooperativas:[40] a febre e a fome desorganizaram (e reorganizaram) a vida da cidade.

As organizações filantrópicas, por exemplo, multiplicaram-se a fim de administrar a pobreza da cidade (LAPA, 2008a, 2008b; MARTINS, 2010; PENTEADO, 2012), garantindo ali, entre outras finalidades, a alimentação dos mais pobres. Conforme Lapa,

> *O universo da pobreza possuía uma gama de categorias sociais, embora naturalmente oferecessem problemas comuns para os quais as soluções poderiam ser também comuns, requerendo, por sua vez, tratamento específico. Assim, órfãos e/ou menores abandonados, enfermos e loucos adultos, mães solteiras e velhos inválidos, delinquentes e mendigos povoam esse universo, reclamando da sociedade, portanto, o aparato capaz de contê-los, confiná-los e mantê-los, disciplinados enfim. É um esforço geral, mobilizador de vontades e recursos, de espaços e benfeitorias, de planejamento e estratégias, de palavras e atos, no qual mais uma vez a iniciativa privada tomava a dianteira do Estado em termos de assistência social. O último quartel do século XIX e o primeiro do século XX assistem, assim, à multiplicação das iniciativas destinadas a administrar a pobreza em suas manifestações ou inércia, tidas de qualquer maneira como deletérias por aquela sociedade, mas também, financiadas e legitimadas por um amplo sentimento de caridade e solidariedade humanas, capazes de redimir e abrir caminhos para a salvação. [...] O auxílio mais comum constava de gêneros alimentícios, cobertores, remédios, roupas, esteiras, fumo, bem como, ainda, pagamento de enterros, confecção de caixões de defuntos etc. (LAPA, 2008b, p. 50 e 53).*

Contudo, para Martins, ainda que essas associações – como, por exemplo, a Santa Cruz e Conceição, que distribuía pão aos pobres durante o período da epidemia, ou a Sociedade Protetora, que "percorria os domicílios para averiguar as necessidades das famílias, descobrindo em suas visitas situações dramáticas de fome, doença e abandono" (MARTINS,

[39] Segundo Martins (2010, p. 213), "para os que não tinham acesso às cooperativas nem ao restrito mercado de trabalho, a fome podia-se colocar de maneira inadiável, forçando muitos a tomar seu pão de outrem. Eram frequentes os assaltos a mercados, casas comerciais, residências, pastos, galinheiros e pocilgas."

[40] O operariado campineiro, em busca de combater os efeitos da fome, solidarizando-se com a classe, "se valeu de outra estratégia, além da simples e pouco eficaz reivindicação por aumento salarial. Dessa maneira, o problema da subsistência básica contribuiu para a organização dos operários. Diante de uma dificuldade comum a todos, os trabalhadores constituíram várias cooperativas que visavam a fornecer aos seus associados gêneros alimentícios a preços mais baixos que os praticados no varejo" (MARTINS, 2010, p. 210).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

2010, p. 306) – tivessem um papel importante na tentativa de concretização da reprodução da sociedade campineira, o problema da fome na cidade não tinha sido resolvido, uma vez que nela não havia trabalho e os últimos estoques de alimentos se esgotavam.

Campinas vivia a sua pior crise de abastecimento alimentar e modificava, ainda mais, a sua paisagem urbana. A fim de obter um maior controle sobre a sociedade e garantir a higiene de seu espaço, aumentava as grandes intervenções em sua urbe (BAENINGER, 1992; SANTOS, A., 2002; LAPA, 2008a, 2008b; MARTINS, 2010, PENTEADO, 2012). Houve, por exemplo, retificação de córregos, arborização, calçamento e limpeza de ruas, construção de valas que assentariam canos d'água e esgoto, drenagem das áreas alagadas e implantação de um sistema de coleta de lixo (LAPA, 2008a).

De caráter higienista, a recuperação da cidade devastada pela fome e pela febre amarela ocorreu ao longo da década de noventa do século XIX. O saneamento da urbe ficou a cargo do município (autoridades e população civil) até a "Lei 3 de agosto e o Regimento de 7 de outubro de 1896, que centralizaram no Estado[41] os serviços de higiene e sanitários" (LAPA, 2008a, p. 262).

Segundo Martins (2010), as grandes intervenções pelas quais passavam a Campinas faminta e epidêmica refletiam, mais uma vez, as preocupações políticas, sociais e econômicas em manter a ordenação do espaço habitado pelos mais ricos, garantindo, contudo, a reprodução da classe trabalhadora. O referido historiador admite que

> *Para isso, proporcionar melhores condições de salubridade às classes populares urbanas que viviam em péssimas moradias se colocava como algo necessário e urgente, até mesmo para tentar evitar a propagação das terríveis epidemias, que certamente não atingiriam somente os mais pobres (MARTINS, 2010, p. 310).*

As marcas da pobreza na cidade precisavam desaparecer. Isto posto, ressalta-se que a mudança no espaço de Campinas ocorreu no âmbito das demolições e expulsões dos pobres indesejáveis: habitações de pau a pique, por exemplo, foram demolidas (MARTINS, 2010), expulsando os moradores que "impediam" a constituição de uma cidade "limpa", seguidora dos padrões estéticos e de uma moral burguesa.

Segundo Geiger,

[41] Para Lapa (2008a, p. 265), "a sequência dos surtos epidêmicos de febre amarela desencadeou um processo de reestruturação urbana de Campinas, no qual comparece um novo parceiro até então ausente, o Estado, que vai, através de políticas públicas voltadas para a saúde, investir pesado na recuperação da cidade."

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

> *Da fase do café resultou um centro urbano cuja área era inferior à metade da atual[42] Campinas, mas que já dispunha de telefone (1884), água e esgoto (1891-1892). A iluminação era a gás desde 1875. Já se notava uma diferenciação social: a gente abastada ainda residia no centro e as classes pobres na periferia (GEIGER, 1963, p. 255-256, grifo nosso).*

Campinas, portanto, reformava-se para o capitalismo a partir de um movimento higienista que, "nascido sob o estigma da peste [...] alimentava socialmente o argumento político de remoção de camadas socialmente marginalizadas para a periferia mais distante" (SANTOS, A., 2002, p. 186-187).

As transformações urbanas que se seguiram deveriam cumprir o papel de assegurar o desenvolvimento da cidade, retomando o seu processo de modernização e, consequentemente, a expulsão dos mais pobres. O plano e a reforma urbana formavam os pilares do urbanismo, na virada do século XIX para o XX, caracterizando, assim, as principais ações de saneamento, embelezamento e segregação da urbe (SANTOS, A., 2002).

Campinas, nesse período, por estar plenamente articulada com as cidades de São Paulo e Santos, bem como com toda a região do oeste paulista, em razão da rede ferroviária instalada conjuntamente com a pujança econômica advinda do café,

> *[...] despontava como uma oficina para essa experimentação, como cidade importante e palco das profundas transformações socioeconômicas resultantes do desenvolvimento da economia mercantil escravista cafeeira nacional para uma economia capitalista, no âmbito da divisão internacional do trabalho (SANTOS, A., 2002, p. 188).*

Entre as transformações, primeiramente, foram necessárias medidas que afastassem o que assombrava Campinas: o mosquito *Aedes aegyptii*, transmissor da febre amarela. Entre estas, estavam a reconfiguração do espaço urbano por meio da eliminação de "fossas negras", do aterro dos pântanos, da canalização de córregos e das obras de saneamento básico (LAPA, 2008a).

Especificamente no centro de Campinas, às margens de alguns córregos (localizados no atual largo do Pará e do Mercadão, nas atuais ruas Irmã Serafina e avenidas Anchieta, Anhumas e Orosimbo Maia e na atual praça Carlos Gomes), foram realizadas "custosas obras de drenagem e aterros" (LAPA, 2008a, p. 261), uma vez que se tratavam de áreas que sofriam alterações diante de inundações periódicas. Cabe pontuar que, antes dessas obras de reconstrução da urbe endêmica,

[42] Referência à Campinas de 1950, que contava com 100.000 habitantes.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

> *[...] a Câmara havia tentado soterrar esses brejos com nada menos que o despejo de todo o lixo da cidade, solução que com certeza não só não resolvia o problema dos terrenos brejosos como ainda agravava o saneamento (LAPA, 2008a, p. 261).*

Essas obras de drenagem e saneamento dos córregos foram as principais ações estabelecidas em Campinas, impulsionadas por Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, engenheiro que contribuiu para o início da reforma da cidade. O saneamento global, abrangendo drenagem para o centro e, posteriormente, a construção de uma nova articulação viária no centro histórico (atual avenida Orosimbo Maia) (SANTOS, A., 2002), materializavam o projeto do engenheiro Francisco Saturnino de implementar em Campinas "uma nova maquinaria urbana cuja função era construir a cidade higiênica" (Andrade, 1992 apud SANTOS, A., 2002, p. 188).

Conforme Lapa (2008a, p. 262), essas obras modificaram a fisionomia da cidade, "viabilizando a notável expansão que se seguiu, conferindo-lhe uma imagem de higiene, largueza de espaços e beleza urbana", bem como de marginalização dos mais pobres e de espraiamento de suas áreas periféricas.

O período epidêmico, portanto, manifestou-se de muitas formas na cidade, mas, primordialmente, evidenciou-se na pior crise alimentar e urbana de Campinas, que se fez "sentir no reordenamento da organização e da ocupação do espaço, na disciplina da circulação, em novas orientações arquitetônicas e até mesmo nos comportamentos individuais e coletivos" (LAPA, 2008a, p. 266) da cidade. Assim, mais uma vez, a fome e o processo de urbanização caminharam juntos, caracterizando o passado territorial campineiro.

CONCLUSÃO

A dependência, cada vez maior, de obtenção de alimentos por intermédio do comércio permite uma análise do processo de urbanização associado à multiplicação das instituições alimentares nas cidades. Nesse sentido, no decorrer deste artigo, intentou-se apresentar uma proposta de periodização para Campinas baseada nas variáveis já apresentadas.

Nossa análise começou com o primeiro período, que vai do ano de 1850 até 1889. Este período referiu-se ao processo de intensificação da acumulação de capital no campo, com a ascensão da produção do café, e ao crescimento contraditório de Campinas, que, de um lado, materializou, em seu processo de urbanização, a pujança econômica e o seu aburguesamento advindos desta produção – identificados, por exemplo, na construção de três mercados urbanos de alimentos –, e, de outro, conviveu com a escassez de alimentos, tendo parte de sua população mais pobre vivendo em um cotidiano de miséria e fome.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

A cidade caracterizou-se, portanto, pela proliferação de bairros pobres, compostos de migrantes nacionais e estrangeiros, pela mão de obra negra e pela ascensão de uma burguesia enriquecida com a produção do café na região. Definiu-se também pelo surgimento dos primeiros códigos normativos de organização territorial aliados à questão sanitária da cidade.

Foram inaugurados, nessa época, os três mercados urbanos (o Mercado Grande, em 1859, e os dois Mercados de Hortaliças, em 1872 e 1886, respectivamente) responsáveis pela centralização urbana de Campinas e pela organização e normatização das vendas de alimentos na cidade, cujas existências determinaram (i) a tentativa de garantia do abastecimento de alimentos com o intuito de se combater a escassez que assolava Campinas, (ii) o controle do abastecimento da cidade, oprimindo, então, a ação do comércio ambulante que perambulava pelas ruas, e (iii) a reorganização do espaço urbano, tendo em vista o aparelhamento da cidade para a eliminação da "sujeira" do espaço público.

O segundo período condiz com uma reflexão sobre o final do século XIX, na Campinas devastada pela epidemia da febre amarela. A peste se juntou à fome e atingiu, majoritariamente, os pobres "presos" a uma cidade que vivenciava, nesse momento, a pior crise alimentar de sua história: as ausências de comércio, de gêneros alimentícios e de víveres caracterizaram o cotidiano campineiro. Nesta etapa apresentada, propusemos uma discussão do processo de urbanização aliado à pobreza que não pode fugir do surto epidêmico, permanecendo na cidade e enraizando, no seu processo de urbanização, o horror da carência alimentar.

Cabe lembrar que, historicamente, os mercados normatizados e alternativos que vendiam comida, em Campinas, sempre acompanharam o crescimento da cidade, e, inclusive, influenciaram em sua própria urbanização. Portanto, o cada vez maior espraiamento da urbe, com suas respectivas fases de periferização, estimulou ainda mais o crescimento de um mercado de refeições prontas (principalmente, no centro da cidade), já que, para muitos, a possibilidade de realizarem suas restaurações alimentícias no lar era – e continua sendo – praticamente nula.

O centro, então, passou a concentrar as atividades com baixa tecnologia, organização e capital, como no caso dos fixos e ambulantes que serviam refeições prontas a um valor mais barato. Foi o início da popularização e do fortalecimento de um mercado alternativo de alimentos em suas ruas. Em meio a tantas transformações urbanas, consolidou-se, assim, um mercado popular de alimentação, no centro da cidade de Campinas, configurando-se até (e, sobretudo, nos) os dias atuais.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Embora a cidade funcional ao capital agrário, historicamente, refutasse as alternativas econômicas advindas de um comércio popular de alimentação (com expulsões, desapropriações, higienizações, controle e normatizações), esse mercado – lugar histórico e socialmente necessário – sempre representou a sobrevivência e a resistência dos homens pobres na urbe. Assim constituiu-se o passado territorial de Campinas, da luta desses sujeitos pelo fim de suas fomes: de alimentos, de moradias, de lugares na cidade do ouro verde. Assim constitui-se a atual Campinas: de fome e resistência – elementos formadores dos homens e de seus cotidianos na cidade desigual. Eis uma questão latente do período contemporâneo, mostrando que as marcas do tempo permanecem no espaço geográfico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Resolução nº 67, de 2 de abril de 1876.** São Paulo, 1876. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao/1876/resolucao-67-02.04.1876.html Acesso em: 28 mar. 2016.
2. BAENINGER, R. **Espaço e tempo em Campinas: migrantes e expansão do pólo industrial paulista.** Dissertação (Mestrado em Sociologia), IFCH – UNICAMP, Campinas/SP, 1992.
3. BISNETO, V. B. **Formação territorial e planejamento urbano: por um uso mais solidário do território de Campinas/SP.** Dissertação (Mestrado em Geografia), FFLCH – USP, São Paulo/SP, 2009.
4. BUARQUE DE HOLANDA, S. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
5. CASTRO, J. de. **Geografia da fome – o dilema brasileiro: pão ou aço.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1946.
6. _____. **Geopolítica da fome – ensaios sobre os problemas de alimentação e de população no mundo.** Rio de Janeiro: Editora da Casa do Estudante, 1961.
7. GEIGER, P. **A evolução da rede urbana.** Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1963.
8. HARTSHORNE, R. **Propósitos e natureza da geografia.** São Paulo: HUCITEC, 2ª ed., 1978.
9. IBGE. **CENSO – Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos**. 2010. Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/cnefe/ Acesso em: out, 2016.
10. LAPA, J. R. do A. **A economia cafeeira**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.
11. _____. **A cidade: os cantos e os antros: Campinas 1850-1900.** São Paulo: Editora da USP; Campinas: Editora da UNICAMP, 2008a.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

12. _____. **Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930).** São Paulo: Editora da USP; Campinas: Editora da UNICAMP, 2008b.

13. MARTINS, V. **Mercados urbanos, transformações na cidade: abastecimento e cotidiano em Campinas, 1859-1908.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.

14. _____. **Das casinhas ao mercado. O abastecimento urbano e a Câmara Municipal de Campinas em meados do século XIX**. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPUH, jul. 2011.

15. PENTEADO, A. **Urbanização e usos do território: as crianças e adolescentes e situação de rua na cidade de Campinas/SP.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2012.

16. PRADO JR., C. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1945.

17. PUPO, C. **Campinas, seu berço e juventude**. Campinas: Publicações da Academia Campinense de Letras, n. 20, 1969.

18. RIBEIRO JUNIOR, J. S. **A fome e a miséria na alimentação: apontamentos para uma crítica cotidiana a partir da geografia urbana.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia – Universidade de São Paulo (FFLCH – USP), 2008.

19. ROLNIK, R. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo.** São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1999.

20. SANTOS, Antônio da Costa. **Campinas, das origens ao futuro:** compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiaí (1732-1992). Campinas/SP: UNICAMP, 2002.

21. SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade:** o caso de São Paulo. São Paulo: HUCITEC, São Paulo/SP, 1994a.

22. _____. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: EDUSP, 1994b.

23. _____. **A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: HUCITEC, 1996.

Data de submissão: 01/11/2017 - Data de aceite: 07/11/2018